

**Capacitação**  
*Regional*

**CONTRATAÇÕES & CONVÊNIOS**

# **WORKSHOP: DISPENSA E INEXIGIBILIDADE – ESTUDOS APLICADOS E RESOLUÇÃO DE CASOS PRÁTICOS**

17 e 18 de novembro de 2026

Brasília, DF



**CARGA HORÁRIA: 16 horas**

## Apresentação

Sendo o procedimento licitatório a regra observado no mando constitucional em no artigo 37, seu inciso XXI, e ficando, assim, as dispensas e inexigibilidades como exceção para as contratações, os recentes ajustes inaugurados pela nova Lei nº 14.133/2021, que em muito inspiram os procedimentos das Entidades do Sistema "S" e das Estatais, realçaram dúvidas e temores entre os agentes administrativos quanto ao adequado enquadramento da hipótese legal, às justificativas e aos documentos a serem reunidos para a correta instrução processual das contratações diretas e emergenciais sem licitação, principalmente em razão da fiscalização exercida pelos Tribunais de Contas nessas contratações.

Neste cenário, torna-se primordial que os agentes envolvidos nestas contratações sejam adequadamente capacitados, possuindo conhecimento dos dispositivos legais relevantes, a fim de identificar corretamente as situações aplicáveis e conduzir os procedimentos com a segurança jurídica requerida nas contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação.

Para garantir eficácia, os agentes encarregados das contratações diretas devem estar capacitados para abordar uma gama diversificada de desafios, incluindo, mas não se limitando a:

Planejamento das contratações diretas: Como conduzir com cautela a fase de planejamento? É necessário elaborar o estudo técnico preliminar e o termo de referência?

Habilitação em contratações diretas: Qual é o enfoque da Lei nº 14.133/2021 sobre os documentos de habilitação nos casos de contratações diretas? Em quais situações a exigência do rol completo desses documentos pode ser suprimida?

Estimativa e justificativa de preços: Quais procedimentos devem ser seguidos para estimativa e justificativa de preços, especialmente nos casos de inexigibilidade, segundo a nova Lei e a novas instruções normativas?

Instrução segura dos processos de contratações diretas: Quais são os cuidados essenciais e os passos para uma instrução processual segura? Como garantir a publicidade adequada dos processos e atender ao que dispõe o regramento do PNCP?

Fracionamento indevido: Como o Plano de Contratações Anual pode ajudar a prevenir o fracionamento indevido? Qual é a orientação sobre os limites de valores e a definição de unidade gestora e ramo de atividade?

Dispensa eletrônica e emergências: Quando é apropriado o uso da dispensa eletrônica? Como lidar com emergências, especialmente aquelas decorrentes de falhas de planejamento?

Licitações fracassadas ou desertas: Quais são as novas disposições para casos de licitações fracassadas ou desertas?

Inexigibilidade por exclusividade e notória especialização: Quais são os critérios para inexigibilidade por exclusividade e para contratações de serviços técnicos profissionais especializados?

Credenciamento: Quando será cabível o credenciamento de acordo com a nova Lei, e em quais objetos é possível inovar com este procedimento auxiliar?

A CONECTA, reconhecendo a importância de instruções seguras em processos de dispensas e inexigibilidades, propõe um programa cuja abordagem inclui um panorama geral das contratações diretas e uma análise detalhada dos aspectos normativos, jurisprudenciais e doutrinários. Além disso, o programa foca na aplicação prática, examinando (e tentando buscar soluções para) casos reais enfrentados pelos agentes envolvidos nessas contratações, percorrendo todas as etapas do processo das dispensas e inexigibilidades, voltado prioritariamente para agentes da Administração Pública, mas também abrangendo profissionais das Entidades do Sistema "S" e das Estatais, com um conteúdo programático estruturado para abranger desde o planejamento até a gestão e fiscalização contratual.

## Objetivos

- Identificar de maneira abrangente as atribuições e responsabilidades inerentes aos agentes envolvidos nas contratações diretas, proporcionando uma compreensão profunda das implicações decorrentes de suas ações e omissões.
- Possibilitar ao aluno o conhecimento, o aprofundamento e a reciclagem dos conhecimentos teóricos e práticos relacionados às contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação.
- Capacitar e habilitar o participante para instruir de forma segura todas as etapas das contratações diretas, desde o planejamento até a fiscalização contratual.
- Formar gestores públicos e de entidades paraestatais nos assuntos referentes às contratações diretas à luz da nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133/2021, e também com os inerentes aspectos das Entidades do Sistema "S" e das Estatais.
- Explorar questões controvertidas e suas possíveis soluções, à luz da nova Lei e da jurisprudência, estimulando os participantes a construírem raciocínio jurídico apto a idealizar soluções inovadoras.
- Apresentar uma visão sistêmica do processo de contratação sem licitação, subsidiando a tomada de decisão para a melhor solução nas aquisições de bens, serviços ou obras.
- Instruir sobre as exigências legais dos órgãos de controle externos à Administração nos processos de dispensa e inexigibilidade.

## Público-alvo

- Agentes que atuam nas áreas de suprimentos e compras;
- Procuradores e assessores jurídicos;
- Auditores e controladores internos e externos;
- Ordenadores de despesas, membros de comissões de contratações, servidores integrantes do gerenciamento de contratos e do controle;
- Profissionais que atuam no planejamento, elaboração e processamento de editais, documentos técnicos, administrativos, jurídicos e afins;
- Colaboradores de entidades do Sistema S, OSCIP, OS, ONG, fundações, institutos, agências, universidades, autarquias e empresas estatais interessados em aprimorar suas práticas laborais à luz dos temas abordados no conteúdo programático.

## Professora



### FELÍCIA BORGES

Advogada. Especializada em Direito Público e em Pregão Eletrônico. MBA em Gestão com ênfase em Logística e Supply Chain Management. Mestranda em Transformação Digital. Mais de 15 anos de experiência em licitações e contratos, na Administração Pública, no Sistema S e em Empresas Privadas. Consultora em estruturação de setores internos, fluxos, processos, normas e atividades de licitação. Autora da obra "Novos Regulamentos de Licitações, Contratações e Alienações das Entidades do Sistema S: comentários, análises e implicações práticas à luz da jurisprudência e da doutrina". Editora Fórum (2025). Co-autora da obra "Licitações e Contratos: Perspectivas e Desafios no Sistema S", Editora JML (2025). Co-autora da obra "E-Marketplace para o Sistema S". Editora Fórum (2026). Autora de diversos artigos jornalísticos e científicos, na área de licitações e contratos.

# Conteúdo Programático

## 1. INTRODUÇÃO:

- A regra de licitar e a exceção de contratar diretamente;
- Contratação direta: distinções entre licitação dispensada, dispensável e inexigível;
- O planejamento como instrumento de realização do princípio da eficiência nas contratações administrativas sem licitação:
  - É necessário realizar os Estudos Preliminares (ETP) nas contratações diretas?
  - Obrigatoriedade (ou não) de elaboração de termo de referência ou projeto básico nas contratações diretas;

## 2. REPERCUSSÕES E BOAS PRÁTICAS PARA AS CONTRATAÇÕES DO SISTEMA "S" E DAS ESTATAIS – INOVAÇÕES APLICÁVEIS;

## 3. DISPENSA DE LICITAÇÃO:

- Valores para a dispensa de licitação (Administração Pública, Sistema "S" e Estatais);
- Dispensa pelo valor e a observância quanto ao fracionamento de despesa;
- Prazo e no procedimento das contratações emergenciais;
- Dispensa em decorrência de licitação deserta e fracassada;
- A migração das aquisições e locações para o rol da inexigibilidade;
- Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento;
- Contratação de Instituição Brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso;
- Contratação de associação de pessoas com deficiência;
- Contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis por catadores de materiais recicláveis.

## 4. INEXIGIBILIDADE:

- Contratação junto a produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;
- Contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização:
  - conteúdo das expressões "notória especialização" e "natureza singular";
  - a "eliminação" da exigência de singularidade do objeto.
- Contratação de profissionais de qualquer setor artístico;
- O credenciamento como procedimento auxiliar das contratações por inexigibilidade:
  - o credenciamento e o modelo de marketplace (mercado eletrônico / plataformas) aplicado às contratações públicas.
- As aquisições e locações no rol da inexigibilidade.

## 5. INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES DIRETAS

- Publicidade dos atos;

- Instrução do procedimento;
- Pesquisa de preços;
- Justificativa do preço;
- Dispensa eletrônica;
- Sistema de Registro de Preços e a dispensa de licitação;
- Inovações procedimentais na nova Lei nº 14.133/2021.

## 6. ESTUDOS APLICADOS E ENFRENTAMENTO DE CASOS CONTROVERTIDOS

- Discussão de situações práticas e casos controvertidos de dispensa e inexigibilidade, articulados aos temas dos módulos anteriores.

## Investimento

**R\$ 4.200**

(Quatro mil e duzentos reais)

### INCLUSOS NO VALOR:

- 16 horas de experiência de capacitação presencial – networking e interação;
- Certificado digital CONECTA de capacitação;
- Apostila para acompanhamento das aulas;
- Kit do aluno contendo pasta, caneta, marca-texto e bloco de anotações;
- 2 coffee-breaks e 2 almoços no local do evento.

## INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

- A inscrição e contratação devem ser realizadas pelo site da CONECTA ([www.conectaconhecimento.com.br](http://www.conectaconhecimento.com.br)) ou Telefone/WhatsApp (41) 3595-9980, sendo efetivada no envio da nota de empenho, autorização de fornecimento/serviço ou similar.
- O pagamento deverá ser realizado, em no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), em nome da **CONECTA CONHECIMENTO LTDA. (CNPJ nº. 53.272.150/0001-10)**, na seguinte conta bancária:



BANCO SICREDI (748)

Agência: 0730 | Conta: 66694-5

Chave PIX – CNPJ: 53.272.150/0001-10

## Agendas & turmas

**Brasília/DF**

**17 e 18/11 | 26**

**Let's Hotel Brasília**

SHN Q 5 Bloco B - Asa Norte, Brasília - DF, 70705-020

**Telefone:** [\(61\) 3424-2500](tel:(61)3424-2500)

## Política de realização de eventos presenciais

A confirmação dos eventos (turmas) presenciais está condicionada à obtenção de um quórum mínimo de participantes inscritos. Por esta razão, recomendamos aos participantes a:

1. Aguardar a formalização da CONECTA em relação à confirmação da turma; e
2. Somente após receberem essa confirmação, proceder com a compra de passagens aéreas e a efetivação ou pagamento de reservas de hospedagem.

Na eventualidade de um participante precisar cancelar sua inscrição após a turma ter sido confirmada pela CONECTA, onde sua presença foi considerada no cálculo do quórum para viabilização do evento, o cancelamento deve ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis antes do início do evento.

Por razões operacionais, administrativas ou insuficiência de quórum, a CONECTA reserva o direito unilateral de remarcar agenda, alterar a programação ou o local de realização.

[CLIQUE AQUI](#) para conhecer a nossa política e instruir o processo com segurança.

## Documentação para contratação

[CLIQUE AQUI](#) para obter acesso à documentação da CONECTA, incluindo certidões, atestados, declarações e outros documentos essenciais para a instrução do processo.



***Vamos nos conectar?***

 +55 (41) 3595-9980

 [comercial@conectaconhecimento.com.br](mailto:comercial@conectaconhecimento.com.br)

[conectaconhecimento.com.br](http://conectaconhecimento.com.br)